

Caixa aceita acordo e concessão da BR-163 está por 'dois detalhes'

Gilberto Leite



A Caixa Econômica Federal aprovou a proposta do Governo de Mato Grosso para renegociar as dívidas da Concessionária Rota do Oeste. A informação foi revelada pelo governador Mauro Mendes (União Brasil). De acordo ele, a Caixa deverá

publicar o acordo em breve, para que o governo dê continuidade no processo para assumir a concessionária responsável pela BR-163. Segundo Mauro, após a Caixa publicar o acordo, os bancos deverão assinar a mudança no contrato conjun-

tamente, pois o empréstimo foi feito por um consórcio das instituições financeiras. Além da formalização dos acordos com os bancos, o governo ainda precisará superar duas questões pendentes no Tribunal de Contas da União (TCU) **PÁG. 8**

Após 30 anos, lixão é desativado

Gilberto Leite

O lixão de Cuiabá teve sua operação definitivamente encerrada na última sexta-feira, 31 de março. A partir de agora, os materiais da coleta domiciliar, comercial e de limpeza urbana terão como destino o Ecoparque Pantanal. A nova estrutura possui uma série de tecnologias de proteção ambiental e é a primeira deste tipo na região Centro-Oeste. Operando de forma totalmente adequada, o Ecoparque é capaz de potencializar a reciclagem e o descarte de rejeitos (materiais que não podem ser reutilizados), sem risco de contaminação de solos e rios. O Ecoparque também vai gerar energia renovável e créditos de carbono **PÁG. 6**



Mauro lança suspeitas sobre leilão

O governador Mauro Mendes (União) afirmou na que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) fez "cagada" ao conceder o Parque Nacional de Chapada

dos Guimarães à iniciativa privada. Mauro ainda afirmou que alguma coisa 'cheira mal' no processo, pois a mesma empresa teria vencido leilões para administrar

vários outros parques em outras regiões do país. O leilão do Parque de Chapada foi realizado no dia 22 de dezembro, no apagar das luzes do governo Bolsonaro, e teve

como vencedor a empresa Parquetur. O governo chegou a participar da licitação, por meio da MT Par, mas foi desclassificado **PÁG. 4**

Preços de usados começam a recuar

Gilberto Leite



O mercado viveu nos últimos anos um cenário que não tinha sido visto na história recente: a falta de veículos novos nas concessionárias causou a supervalorização de seminovos e usados, o que fez alguns modelos custarem mais após alguns anos de uso do que o preço original. Com mais de dois anos vendo os preços de carros nas 'alturas', alguns questionam: será

que os preços não vão cair nunca? Essa é uma pergunta difícil de responder sem especular muito, mas há alguns fatores que podem trazer clareza ao assunto. O primeiro é que a 'loucura' de supervalorização de seminovos e usados acabou. Os preços ainda não estão caindo de forma significativa, mas, pelo menos, deixaram de subir **PÁG. 7**

Eduardo Botelho defende intervenção

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), defendeu, a constitucionalidade dos dispositivos que permitiram a intervenção do Estado na Saúde de Cuiabá. O trecho da Constituição Estadual é questionado pelo Diretório Nacional do MDB em ação no Supremo Tribunal Federal (STF), que tenta suspender a inter-

venção. Botelho foi intimado a se manifestar na ação. O MDB alega que a Constituição Estadual é omissa ao não detalhar os princípios constitucionais que poderiam justificar uma intervenção do Estado em um Município. Por isso, o partido alega que a intervenção na Saúde de Cuiabá seria inconstitucional **PÁG. 3**

Mauro 'aperta cinto' para não parar obras

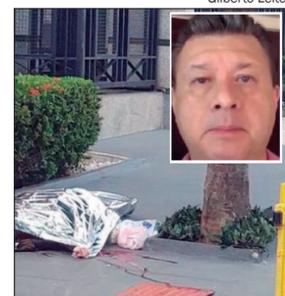
A Lei Complementar que limitou a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo tem reduzido a arrecadação dos Estados desde o ano passado e, para não paralisar as obras já iniciadas em Mato Gros-

so, o governador Mauro Mendes (União) disse que uma das medidas nesse ano será de apertar os cintos e cortar as gorduras para conseguir manter o cronograma das obras. De acordo com a Sefaz, houve um recuo foi de 9,23% na arrecadação com o ICMS **PÁG. 3**

Filho de ex-deputado se cala em audiência

Gilberto Leite

Assassino confesso de sua ex-namorada e do companheiro dela, o empresário Carlos Alberto Gomes Bezerra preferiu permanecer calado na primeira audiência de instrução e julgamento do caso, que aconteceu na tarde de segunda-feira, 3 de abril. Segundo a juíza Ana Graziela Vaz de Campos, que conduz o caso, agora o processo segue com vista ao Ministério Público. Depois, segue para o assistente de acusação e, por fim, à



defesa. Após todo o trâmite, a juíza vai decidir se o empresário vai ou não enfrentar júri popular **PÁG. 6**

EDITORIAL

Quem é contra o agro?

Historicamente, a pressão externa por mais sustentabilidade no agronegócio brasileiro tem sido vista mais como uma forma de sabotagem econômica do que uma oportunidade. De fato, não há como negar que outros países têm interesses comerciais contrários ao agronegócio brasileiro e tentam conduzir suas próprias pautas ao mesmo tempo em que exploram nossas fraquezas. Essa é, afinal, a máxima do mundo dos negócios. Entretanto, não pode o agro brasileiro continuar se comportando como se nosso único problema fosse a comunicação, atacando os mensageiros em vez de atuar na base do problema.

Ora, é igualmente inegável há uma parcela de produtores que ignora as leis ambientais e destrói nossas maiores riquezas em troca de ninharias. São poucos, representando cerca de 2% dos imóveis rurais, que desmataram ilegalmente 2/3 do Cerrado e da Amazônia desde 2008. Entretanto, esse pequeno grupo é amparado por um aparato estatal arcaico, que ainda beneficia ou faz vista grossa ao enorme prejuízo que causam tanto à imagem do Brasil quanto à do agronegócio nacional.

Pior que isso, acabam encontrando amparo também em alguns produtores que res-

peitam a legislação ambiental, mas se sentem insubstituíveis no cenário mundial. Bradam aos quatro ventos que não há outro país capaz de atender à enorme demanda mundial por alimentos, alheios ao fato de que os maiores parceiros comerciais do agronegócio brasileiro estão traçando suas estratégias para reduzir a dependência de nossos produtos. A China, por exemplo, tem feito investimentos vultuosos na África e na logística para escoar a produção daquela região com muito mais celeridade e segurança. Enquanto o Brasil prevê aumentar suas exportações de soja e milho em 32% até 2030, os chineses projetam a redução de 70% nas suas importações de milho no mesmo período. A quem venderemos?

O movimento de troca dos produtos brasileiros é lento, mas está em curso. É um processo demorado, afinal o Brasil tem anos de dianteira na questão tecnológica, mas essa disputa ganhou outro significado com a guerra na Ucrânia. A soberania alimentar se tornou uma questão essencial para vários países, principalmente na Europa, que há tempos tem criticado o Brasil pelas transgressões ambientais daquela pequena parcela de produtores. São esses transgressores os verdadeiros inimigos do agronegócio, não a imprensa, como alguns representantes do setor parecem pensar.

A questão climática e ambiental é uma preocupação mundial e pode ser uma oportunidade ímpar para os agri-

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

cultores brasileiros exportarem produtos com maior valor agregado, ao mesmo tempo em que ampliam seu potencial de mercado. Entretanto, isso requer uma mudança fundamental no ponto de vista. Para nossa sorte, temos grupos que estão antenados a essa oportunidade e se movem para capturá-la, aproveitando o significativo desenvolvimento tecnológico que temos para criar um novo patamar do agronegócio.

Tecnologia na sustentabilidade

Giovana Fortunato (*)

Hoje ocupo este espaço para falar da importância que a tecnologia tem no contexto da sustentabilidade. Sempre que sou abordado nas conversas sobre sustentabilidade, noto que há nas pessoas um conceito formado de que a agenda gira em torno apenas da preservação do meio ambiente e de necessidades sociais, que são importantes, mas não são os únicos pontos a serem considerados. Na verdade, a tecnologia tem um papel central e crucial na revolução da neoeconomia, pois promove soluções inovadoras e sustentáveis para muitos desafios globais.

Vamos ao fato: o planeta está pressionado. Precisamos vencer desafios gigantes, como produzir mais alimentos e energia sem sobrecarregar o meio ambiente. Precisamos reduzir as diferenças sociais e de oportunidades que são crescentes mesmo em países onde a geração de riqueza tem sido maior do que a média mundial. A tecnologia pode nos ajudar a vencer estes e tantos outros desafios da desigualdade.

Para produzir mais alimentos, por exemplo, é a tecnologia que traz rastreabilidade

e produtividade ao campo. Com a utilização de inovações em diferentes partes do mundo, podemos produzir mais utilizando a mesma área e garantir ao consumidor final que cada grão de arroz servido a ele, por exemplo, tenha sido produzido de maneira sustentável e eficiente.

Na produção de energia, os biocombustíveis e as energias hidrelétrica e solar se somam às novas fontes como o hidrogênio verde e o biogás, visando substituir as clássicas fontes "suja", produzidas principalmente a partir de petróleo e carvão. Estas energias renováveis devem alimentar equipamentos energeticamente mais eficientes do que os anteriores, fazendo com que o mundo precise cada vez menos de energia para produzir mais. Além disso, acrescenta-se a agricultura de precisão e industrialização com foco na sustentabilidade (a chamada Indústria 5.0) e veremos um outro patamar de produtividade em nosso planeta, que já é realidade em alguns lugares.

Quando olhamos para as cidades, é com novas tecnologias que reduziremos o lixo, empregando conceitos de economia circular que devem ser uma preocupação constante desde o design de produtos e

serviços, passando por processos produtivos mais sustentáveis, embalagens verdes e um sistema de entrega que consuma menos recursos, para garantir que as montanhas de lixo urbano sejam cada vez menores ou inexistentes, até a etapa de descarte dos produtos na sua destinação final.

Em relação às construções mais sustentáveis, conceitos de cidades inteligentes que trazem consigo eficiência em segurança, logística, prestação de serviços ao cidadão e tantas outras oportunidades, a tecnologia é a primeira aliada do gestor público que olha para o futuro. Quem duvida disso é porque ainda não experimentou a telemedicina, redes inteligentes de transporte, sistemas de segurança com coordenação inteligente ou teleatendimento ao cidadão, que já existem e funcionam muito bem em diversas cidades ao redor do planeta.

Para que o Brasil se insira de vez nesta agenda, precisamos avançar muito: garantir mais recursos para tecnologia e inovação, e estabelecer políticas públicas abrangentes com foco no cidadão, preparando-o para um mundo onde a criatividade produtiva e a capacidade de aprender

sejam cada vez mais valorizadas. Isso é a base de todo um novo ecossistema que precisa ser implementado com a máxima urgência. Os governos que querem garantir o futuro da sua economia e de seus cidadãos precisam ter o uso e desenvolvimento de tecnologias como uma preocupação central.

O principal ponto que quero deixar como reflexão aqui para o leitor é: se queremos participar ativamente da economia verde, temos que nos equipar com ferramentas tecnológicas e qualificar pessoas que saibam desenvolver e aproveitar cada vez melhor a tecnologia para vencer os desafios que temos pela frente. Como já disse anteriormente e repito hoje: seu emprego ou seu negócio não estão ameaçados pela tecnologia. A ameaça vem de um concorrente que está mais preparado para utilizá-la de maneira mais eficiente.

GUSTAVO DE OLIVEIRA é empresário em Cuiabá-MT. E-mail: gustavo@britaguia.com.br.



Reposição de testosterona

Priscila Pyrrho (*)

Muito se fala sobre os riscos de se fazer reposição hormonal, principalmente de testosterona. Porém, a falta deste hormônio também impõe riscos à saúde.

A testosterona é um hormônio responsável pelas características masculinas, mas também está presente nas mulheres, e pouca gente sabe, inclusive, que ele é o hormônio mais abundante na mulher, superando estrogênio em 3 a 4 vezes mais.

Não é à toa que ele é tão importante para a libido, formação da massa muscular e perda de gordura. A baixa testosterona em nosso organismo aumenta o risco de depressão, demência, falta de memória, reduz a massa muscular e massa óssea, o que pode levar ao aumento de doenças metabólicas como obesidade, diabetes, resistência insulínica, alterações de colesterol e doenças cardiovasculares.

Desse modo, é importante compararmos os riscos da reposição hormonal com a sua

falta. O risco da reposição da testosterona está associado a eventos cardiovasculares, principalmente pela alteração do colesterol e aumento do hematócrito, o que pode desencadear trombos e infarto.

Estudos evidenciaram a segurança do uso de testosterona mesmo em transgêneros masculinos, que chegam a usar doses 15 vezes maiores de testosterona do que em uma mulher cisgênero usaria para reposição.

Nesses casos, em que as doses foram muito altas, observou-se um aumento de risco entre 1,2% a 3,7% para eventos cardiovasculares, mas, quando o acompanhamento é feito por um médico, a eficácia e a segurança da terapia faz ser possível e os eventos foram controlados. Diante disso, considera-se que em doses baixas e para pacientes que têm indicação e acompanhamento, a reposição de testosterona é sim, bastante segura, e com riscos muito pequenos.

Nada na vida é sem risco, mas o risco de ficar sem o hormônio também é real. O ideal

é que a dose da reposição hormonal com testosterona fique na zona hormética que pode ser considerada a zona ideal de quantidade hormonal.

Então, quando se está nessa zona, o paciente tem muita segurança e muito benefício. Uma comparação que é fácil de entender é a tireoide. Se eu tenho muito hormônio tireoidiano, eu tenho hipertireoidismo e eu não estou saudável. Eu tenho tremores, emagrecimento, boca seca, queda capilar. E, ao contrário, se eu tenho hipotireoidismo, eu terei lentidão, ganho de peso, falta de concentração, entre outros problemas de saúde. Tanto o excesso quanto a falta de hormônios são ruins.

Voltando para a questão do hormônio da testosterona, o caso é bem semelhante. Para alguns pacientes, será preciso reduzir a dose, para outros, aumentar, pois tanto o estrogênio quanto a testosterona em baixa ou em excesso são prejudiciais para a saúde. E o que é preciso buscar é essa zona ideal, o que é um processo individualizado para cada paciente.

Inclusive para fins estéticos, em doses baixas e pela via correta, a reposição de testosterona traz menos risco que uma lipos aspiração, por exemplo, mas infelizmente ainda não existe liberação do uso da testosterona para esse fim. De forma geral, é imprescindível que se faça uma reposição de testosterona respeitando os limites da zona hormética e com acompanhamento médico.

DRA. PRISCILA PYRRHO é ginecologista e obstetra com visão integrativa da saúde da mulher. Pós-graduada em Medicina Fetal (Cetrus); pós-graduada em Termografia (FEMUSP); pós-graduada em Biofísica e Biorressonância (QuantimBio); pós-graduada em Medicina Integrativa (PUC); especialização em Sexualidade (Delphos); especialização em Ortomolecular (CMI) e com formação em Medicina do Estilo de Vida (MEV Brasil).



BRT x VLT, por que não os dois?

José Roberto Stopa (*)

"Ea, ea, só não nasci em Cuiabá, mas quando cresci meu Bom Jesus mandou buscar". (Rasqueado do pau rodado de Pescuma e Pineto). Cheguei em Cuiabá em 08 de agosto de 1983, iniciei minha vida profissional sendo professor na E.E. Alcebiades Calhao, no bairro Quilombo, depois passei por várias outras unidades municipais e estaduais, até chegar na EMEB Profª Pedrosa Moraes e Silva, no bairro Novo Paraíso.

Foram 20 anos seguidos na educação (professor e diretor escolar). Daí para o processo político partidário foi um passo. Trabalhei como assessor do ex-prefeito Coronel José Meirelles. Durante oito meses fui vereador de Cuiabá. Também atuei como superintendente do Arquivo Público do Estado, secretário municipal de

Meio Ambiente, secretário-adjunto de Educação de Cuiabá e secretário de Serviços Urbanos em duas gestões com prefeitos diferentes. Na segunda gestão Emanuel Pinheiro, fui eleito a vice-prefeito e assumi a Secretaria de Obras Públicas.

Estou pontuando tudo isso para dizer que conheço nossa gente, que conheço cada pedacinho deste município porque sou um do meio de todos que convive com todos, que fala com todos há mais de três décadas. Gosto de cuidar de pessoas e gosto de cuidar da cidade. Do assustado professor do primeiro dia de aula lá da década de 1980 ao obstinado secretário de obras do ano de 2023, nunca fugi do trabalho, do diálogo e nem do embate honesto e justo.

A cidade de Cuiabá está em um espaço territorial muito grande em relação ao número de habitantes, o que faz de nossa capital uma

cidade espalhada e por isso cara. Isso ocorreu por vários motivos, mas os dois principais são a falta de organização do poder público, que não fez o dever de casa, que era de organizar os espaços à medida que a cidade crescia, principalmente alocando as pessoas das regiões de invasão para espaços vazios e já urbanizados; a segunda são os interesses privados e a especulação imobiliária que faz termos verdadeiras fazendas desertas em pleno núcleo urbano.

A título de comparação, segundo dados do IBGE de 2019, a cidade de Cuiabá aparece distribuída em um território com 160,59 km² com uma população de 618.124, que comparado com Recife-PE, que tem algo próximo a 143,98 km², e com uma população de 1.494.586 pessoas. Logo cada morador de Cuiabá vive em uma cidade, mas paga aproximadamente por duas cidades.

Adentrando a questão do transporte público das grandes cidades, sabemos que estamos em um momento de grandes debates que envolvem meio ambiente, poluição e qualidade de vida. Esses fatores têm empurrado as principais cidades do mundo para altos investimentos em transporte público.

Automóveis ocupam muito espaço nas ruas, nas edificações, nos milhares de metros quadrados necessários para estacioná-los. Geram acidentes com mortes e ferimentos graves, produzem poluentes, geram enormes congestionamentos, desperdiçam tempo precioso. Além disso, são ineficientes para o transporte urbano: exigem muita energia para mover as toneladas de aço e plástico, mas transportam, em média, 1,5 pessoa.

As frotas de ônibus urbanos são o meio principal de mobilidade urbana para centenas de milhões de cidadãos mundo afora. Para enfrentar o duplo desafio imposto à qualidade do ar e as longas distâncias de deslocamento das pessoas, as cidades buscam uma transição energética e tecnológica para melhorar o transporte público, isso já é uma imposição mundial.

Aliando estas duas questões: áreas urbanas mais limpas e transportes mais eficazes, é que

entendemos que Cuiabá terá muito em breve que trabalhar com duas ou até três modalidades de transporte público para interligar não somente bairros centro, mas inclusive entre regiões e intermunicipal para integrar o núcleo metropolitano.

Podemos elencar a necessidade de termos nas principais vias o VLT (Veículo Leve Sobre Trilhos), e estes serem interligados com os núcleos habitacionais espalhados pela cidade que denominamos de regiões com o BRT (em inglês: Bus Rapid Transit) e possivelmente com ônibus elétricos completando os trajetos onde o BRT e VLT não cheguem.

Aí vem a pergunta: porque então não concluir o VLT, que já tem um investimento significativo? Quais interesses, se é que existem, para destruir o que já está pronto para, daqui uns anos, ter que implantar novamente? Quem ganha? Porque quem perde já sabemos que é a população em geral. Perde dinheiro, perde em mobilidade e perde em qualidade de vida.

Defendo que o mais sensato é concluir o VLT e incrementar o transporte ligando as estações do VLT com BRT para chegarmos aos núcleos periféricos, seja habitacional ou industrial. Aí sim estaríamos caminhando para o futuro e modernizando nossa cidade.

Quanto à questão do poder público subsidiar parte do bilhete, no mundo já é assim e compensa muito uma vez que diminui o número de veículos nas ruas, consequentemente diminui os acidentes e a economia, tanto na manutenção de vias quanto no sistema de saúde, cai muito. Logo, abrir mão do VLT, principalmente no estágio que ele se encontra, é um retrocesso irreparável, inadmissível e caro à população metropolitana de Cuiabá.

JOSÉ ROBERTO STOPA é Formado em Geografia e especialista em Metodologia do Ensino Superior, atualmente é Vice-Prefeito e Secretário de Obras Públicas do município de Cuiabá.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

AÇÃO NO STF

Presidente da Assembleia rebate questionamento do MDB Nacional ao STF e diz que suspender intervenção seria prejudicial aos cuiabanos

Botelho defende intervenção

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA**
Unimed
Cuiabá**Da redação**

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), defendeu na quarta-feira, 5 de abril, a constitucionalidade dos dispositivos que permitiram a intervenção do Estado na Saúde de Cuiabá. O trecho da Constituição Estadual é questionado pelo Diretório Nacional do MDB em ação no Supremo Tribunal Federal (STF), que tenta suspender a intervenção, determinada pelo Poder Judiciário e aprovada pela Assembleia Legislativa.

Botelho foi intimado a se manifestar na ação. O MDB alega que a Constituição Estadual é omissa ao não detalhar os princípios constitucionais

que poderiam justificar uma intervenção do Estado em um Município. Por isso, o partido alega que a intervenção na Saúde de Cuiabá seria inconstitucional.

O presidente da Assembleia disse que já conversou com um procurador da Casa a respeito da ação e irá apresentar a resposta à Suprema Corte ainda nesta quarta-feira. Em conversa com jornalistas, Botelho defendeu a legalidade da intervenção e lembrou que a Assembleia Legislativa fez alterações recentes na Constituição Estadual para dar mais transparência ao processo.

“Eu vou discutir com o procurador ainda, o que ela [ministra Rosa Weber] está realmente solicitando, com o que ela quer explicação sobre a lei, sobre o que é, nós vamos me inteirar bem hoje”, disse Botelho.

“Quando foi aprovada, inclusive, a discussão que eu tive com o desembargador Perri, com o próprio governa-

dor, eu disse que essa mudança, essa alteração que nós fizemos, teria que passar pela Assembleia. Passou pelo crivo da Assembleia, foi aprovado”, emendou.

Na avaliação de Botelho, suspender os trabalhos da equipe de intervenção pode ser ainda mais prejudicial para a população cuiabana, pois a ação já teve início e está sendo implementado o plano de trabalho elaborado pela interventora Danielle Carmona. Ele defende que uma análise sobre a suspensão da intervenção seja feita apenas após o prazo de 90 dias, estabelecido pela Justiça Estadual.

“Eu acho que agora é muito prejudicial. Já começou, tem que terminar os 90 dias, tem que fazer uma análise de tudo. Interromper agora é prejudicial, sim. Agora tem que passar os 90 dias.

SOBRE A INTERVENÇÃO - A intervenção na Saúde de Cuiabá foi determinada pelo Órgão Especial do Tribunal de



Botelho defende que suspensão da intervenção seja avaliada apenas ao final do prazo de 90 dias estabelecido pela Justiça

Justiça de Mato Grosso no dia 9 de março. Na ocasião, nove desembargadores votaram favoráveis à medida e quatro foram contrários. A intervenção foi efetivada em decreto estadu-

al publicado no dia 15 do mesmo mês, após aprovação da Assembleia Legislativa.

O pedido de intervenção foi feito pelo Ministério Público Estadual (MP-MT), provocado

pelo Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed-MT), sob o argumento de que a Prefeitura de Cuiabá estaria descumprindo reiteradamente uma série de decisões judiciais.

DESCONTENTE

Janaína se revolta com ação do MDB contra intervenção

Da redação

A deputada estadual Janaína Riva demonstrou descontentamento com a direção nacional do seu partido, o MDB, por tomar decisões sem consultar ou comunicar a direção estadual do partido. A parlamentar afirmou que não concorda que o partido tome iniciativa sem, ao menos, consultar ou comunicar os integrantes da agremiação partidária.

O descontentamento da deputada se dá em razão do partido ter entrado com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), para derrubar a intervenção feita pelo Governo do Estado na Secretaria de Saúde de Cuiabá.

“A impressão e a mensagem que a Nacional passa é de que não tem relevância a opinião da Estadual”, disse a deputada.

A deputada também disse que parece ter re-

levância somente o que os deputados federais do partido, Emanuelzinho e Juarez Costa, decidem. Janaína ainda “passou o recibo” para os dois deputados, alegando que eles, juntos, não fizeram o quociente e que só estão no cargo graças ao trabalho de formação de chapa, feito por ela e pelo ex-deputado Carlos Bezerra.

Janaína também afirmou que já tem uma agenda marcada com o presidente do partido, o

deputado federal Baleia Rossi (SP), para tratar do assunto. Ela também disse que tanto ela quanto Carlos Bezerra, vice-presidente e presidente do MDB em MT, respectivamente, não querem “ficar na presidência de fantoches”.

“Eu acho que não vale a pena continuar com o partido nessas condições. O partido tem que ouvir a estadual, tem que tratar do assunto”, cobrou.

A deputada ainda disse que essa postura do

partido acaba afugentando novos membros, como o próprio presidente da Assembleia, Eduardo Botelho (União Brasil), que poderia disputar a Prefeitura de Cuiabá pelo MDB.

ENTENDA - O diretório nacional do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido do prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) junto ao Supre-

mo Tribunal Federal (STF) para suspender a intervenção estadual na saúde. A petição foi protocolada no dia 31 de março e está sob relatoria da ministra Carmen Lúcia.

Alegando grave risco à Saúde Pública de Cuiabá, diante de demissão em massa de servidores, coordenadores e diretores da Pasta, o partido pede a concessão de medida cautelar para suspender imediatamente a intervenção.

ARRECAÇÃO EM QUEDA

‘Não dá pra pensar em parar obras’

Da redação

A Lei Complementar que limitou a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo tem reduzido a arrecadação dos Estados desde o ano passado e, para não paralisar as obras já iniciadas em Mato Grosso, o governador Mauro Mendes (União) disse que uma das medidas nesse ano será de apertar os cintos e cortar as gorduras para conseguir manter o cronograma das obras.

“Nós estamos construindo seis hospitais, não dá para pensar, não existe a mínima hipótese desses seis hospitais pararem suas obras, obras importantes na Educação, na Saúde, na Segurança, investimentos que vão impactar diretamente na vida e na qualidade de vida das pessoas. Então, vamos apertar os cintos, cortar despesas, vamos ser mais eficientes. O nome

do jogo deste segundo mandato chama-se eficiência, fazer mais com menos e nesse momento que está entrando menos dinheiro”, disse em entrevista ao PodCast MT Conectado nesta quinta-feira, 06 de abril.

No início do ano, a Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz) divulgou um comparativo da arrecadação do ICMS de janeiro deste ano com a do ano passado. De acordo com a pasta, o recuo foi de 9,23%. No mês de janeiro de 2023, a arrecadação foi R\$ 1.590.174.701,88, enquanto em janeiro de 2022 foram R\$ 1.751.818.307,95 arrecadados.

Essa queda de dinheiro nos cofres do Estado tem sido registrada desde agosto do ano passado, quando o então presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou a Lei Complementar que mudou a tributação do imposto em alguns setores.

“Houve um corte feito no meio do ano, período eleitoral, um pacote grande de corte de ICMS de combustível, isso im-

pactou nas nossas receitas não só de Mato Grosso, mas de todos os Estados brasileiros. Não só nos Estados, porque uma parte do que o Estado arrecada vai para o Município, então nos 141 municípios em Mato Grosso existe um reflexo disso, um pouco mais em alguns, um pouco menos em outros, mas houve uma diminuição”, disse.

Diante da queda na arrecadação, Mauro aposta em uma busca por soluções inteligentes para aumentar a eficiência do Estado e permitir fazer mais com menos recursos.

“Então, nosso desafio é ser eficiente. E a palavra eficiência significa um monte de coisa, mas a forma mais simples de traduzir eficiência é: fazer mais com menos, ou seja, continuar fazendo bastante e continuar gastando menos, sendo inteligente nas soluções, economizando na hora de comprar, na hora de gastar e todo mundo pode colaborar com isso”, concluiu.

INCONSTITUCIONAL

STF derruba lei que regula plano de saúde para PCDs

Da redação

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional uma lei de Mato Grosso que obriga as empresas que atuam na prestação de serviços médico-hospitalares a garantir e assegurar o atendimento integral às pessoas com deficiência.

O julgamento aconteceu no formato virtual e, por unanimidade, os ministros seguiram o entendimento do relator do processo, ministro Roberto Barroso, de que não compete ao Estado legislar sobre direito civil e seguros.

“O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta, julgou procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 11.816/2022, do Estado do Mato Grosso, e fixou a seguinte tese de julgamento: “É inconstitucional, por violação à competência da União para legislar sobre direito civil e seguros (CF/1988, art. 22, I e

VII), lei estadual que estabelece obrigações contratuais para operadoras de planos de saúde”, diz trecho da decisão.

A União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) ingressou com uma ação contra a Lei Estadual nº 11.816, que “determina a obrigação de as empresas privadas que atuam sob a forma de prestação direta ou intermediação de serviços médico-hospitalares, no âmbito do Estado de Mato Grosso, a garantir e assegurar o atendimento integral e adequado às pessoas com deficiência”.

De acordo com a instituição, a legislação feria a competência privativa da União Federal em legislar sobre o Direito Civil e Comercial previstos na Constituição Federal. Além disso, a Unidas destacou que a medida causaria graves prejuízos às operadoras de planos de saúde.

“Não obstante à ausência de competência para legislar sobre

a matéria, uma vez que não se trata de tema essencialmente restrito às relações de consumo – frisa-se Excelência, que estão incluídas no texto da mencionada lei as operadoras de saúde, portanto, também as autogestões, que não são subordinadas às regras consumeristas em inteligência à Súmula 608 do Superior Tribunal de Justiça”, destacou.

“O que emana da indigitada Lei, é a existência de regras diversas, impondo obrigações desconhecidas por norma federal, vez que é inconcebível que existam diferenças entre a operadora de saúde e o beneficiário que firma contrato no Estado de Mato Grosso e os que o fazem em outro Estado, para justificar a disparidade no tratamento, violando assim, o princípio da isonomia, implicando em ameaça ao mutualismo, principal característica do setor da saúde suplementar”, complementou.

PARQUE DE CHAPADA

Governador afirma que concessão de vários parques nacionais à mesma empresa 'cheira mal' e avalia que ex-presidente errou na licitação

Mauro cita suspeitas sobre leilão

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) afirmou na segunda-feira, 3 de abril, que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) fez "cagada" ao conceder o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães à iniciativa privada. Mauro ainda afirmou que alguma coisa 'cheira mal' no processo, pois a mesma empresa teria vencido leilões para administrar vários outros parques em outras regiões do país.

O leilão do Parque de Chapada foi realizado no dia 22 de dezembro,

no apagar das luzes do governo Bolsonaro, e teve como vencedor a empresa Parques Fundos de Investimento em Participações e Infraestrutura (Parquetur). O governo de Mato Grosso chegou a participar da licitação, por meio da MT Par, mas foi desclassificado no dia do leilão devido a problemas na documentação.

A vencedora do leilão ofereceu outorga de R\$ 1 milhão e investir R\$ 18 milhões na infraestrutura turística ao longo de 30 anos. O valor é considerado 'irrisório' pelo governador, especialmente pelo fato de que a empresa poderá cobrar até R\$ 100 de ingresso por pessoa, após 4 anos de concessão.

"Falei ao presidente Lula: 'isso foi uma cagada que o presidente Bolsonaro fez, não é possível que o senhor não vai desfazer isso'. A mesma empresa está ganhando todos os par-

ques no Brasil. Isso não cheira mal? [...] Eu tô nessa saga aí, tentando pegar o parque para fazer os investimentos e não precisar cobrar do trabalhador, das pessoas, um valor tão absurdo quanto esse", disse o governador, em entrevista à Rádio Cultura FM.

O governo articula na esfera política para que o leilão seja cancelado. Em conversas com ministros do governo atual, Mauro se disponibilizou a investir R\$ 200 milhões na infraestrutura turística do Parque de Chapada nos próximos quatro anos. Além disso, o governador afirma que pretende manter a gratuidade nas visitas ao parque.

Mauro tratou do assunto diretamente com o presidente Lula durante sua visita a Rondonópolis, no começo deste mês. Porém, conforme o Estadão Mato Grosso noticiou em fevereiro, a proposta de estadualizar



Governador aguarda julgamento de recursos no TCU e na Justiça Federal, mas vê 'forças ocultas' agindo contra o Estado

o Parque de Chapada não agradou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Enquanto não consegue retorno das investidas políticas, o

governo recorreu à Justiça Federal e ao Tribunal de Contas da União (TCU) na tentativa de reverter a desclassificação da MT Par na licitação.

"Nós estamos aguardando. O problema é que tem sempre forças ocultas que não jogam a favor de Mato Grosso. Esse que é o problema", concluiu.

UTIS PEDIÁTRICAS

Interventora diz que contratação está regular

Gabriel Soares

A interventora Danielle Carmona Bertucini rebateu as acusações do deputado Valdir Barranco (PT) e garantiu que a contratação emergencial da empresa APP Servi-

ços Médicos Ltda. seguiu todos os requisitos exigidos. Em conversa com jornalistas, ela ressaltou que informações e documentos relacionados ao contrato já foram anexados ao processo em trâmite no Tribunal de

Justiça de Mato Grosso (TJMT) e foram vistoriados pelos órgãos de controle.

"Nós estamos com todos os requisitos necessários comprovados nos autos, igual eu falei, a equipe de intervenção

não está fazendo nada sozinha, nós estamos com uma equipe de conformidade para nos subsidiar nessas decisões. Então não há irregularidade nenhuma e tudo está constante nos autos do Brasil", afirmou.

Danielle explicou que a contratação emergencial foi necessária diante da urgência em reativar 10 leitos de UTI pediátrica no Hospital Municipal de Cuiabá, que estavam fechados há dois meses.

Segundo a interventora, a necessidade imediata da contratação ficou evidente, uma vez que, logo após o contrato ser estabelecido, os leitos de UTI foram lotados em dois dias.

"Nós tínhamos uma necessidade imediata da contratação, tanto que nós contratamos e lotou os leitos em dois dias. É uma contratação emergencial porque estamos em um período de intervenção. Mas, paralelamente a isso, vai correr uma licitação, mas é um prazo muito maior", explicou.

Questionada sobre a inconsistência no endereço apresentado pela empresa APP Serviços Médicos, a interventora afirmou que foram avaliados apenas os requisitos necessários para uma contratação emergencial, como capacidade técnica e menor preço. Informação divulgada pelo gabinete de intervenção aponta que o contrato emergencial teve valor 10% menor do que o que era pago pela Prefeitura de Cuiabá.

Na avaliação da interventora, as acusações feitas por Barranco são "falácias", que devem ser tornadas constantes diante da situação conturbada que a capital vive.

Sobre os serviços prestados, Danielle afirmou que estão "a contento" até o momento. Porém, enfatizou que "caso a empresa não cumpra com os requisitos e a qualidade do serviço, imediatamente será feito o destrato".

SOBRE A DENÚNCIA - Denúncia apresentada pelo deputado Valdir

Barranco na última terça-feira, 28 de março, afirmava que a empresa APP Serviços Médicos Ltda. teria sido contratada de forma irregular para prestar atendimento aos leitos de UTI pediátrica na capital. Segundo o deputado, não forma seguidos os trâmites para uma contratação com dispensa de licitação.

Barranco ainda insinuou que Andreia Alves da Silva, sócia-proprietária da empresa, seria uma 'laranja' do médico Daoud Abdallah, que teve ligações políticas e pessoais com o governador Mauro Mendes (União).

O deputado afirmou que a empresa não demonstrava, em sua ficha de CNPJ, ter a "muscultura necessária" para prestar um serviço tão complexo como o atendimento de UTIs pediátricas. Além disso, o endereço indicado no CNPJ levava a uma casa comum em Várzea Grande, sem qualquer indicativo de que ali funcionava uma empresa.



Interventora afirmou que denúncia apresentada por Barranco é 'falácia' e garante que contrato está regular

PARTIDO DO PREFEITO

MDB Nacional aciona o STF contra intervenção

Gabriel Soares

O diretório nacional do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido do prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a intervenção estadual na saúde. A petição foi protocolada no dia 31 de março e está sob relatoria da ministra Carmen Lúcia.

Alegando grave risco à Saúde Pública de Cuiabá, diante de demissão em massa de servidores, coordenadores e direto-

res da Pasta, o partido pede a concessão de medida cautelar para suspender imediatamente a intervenção.

Na ação, o MDB questiona a constitucionalidade de um dispositivo da Constituição Estadual que permitiu a intervenção do Estado na Saúde. O partido afirma que os legisladores estaduais foram omissos ao não elencar os princípios que podem justificar o decreto de intervenção, contrariando a determinação da Constituição Federal, que prevê que esses critérios devem ser estabelecidos expressamente pelos Estados.

Desta forma, prossegue o partido, a Constituição Estadual teria dado plenos poderes ao Tribunal de Justiça "para escolher, dentre todas as normas constantes da Constituição estadual, as que lhe parecessem mais adequadas para justificar a medida excepcional".

"O TJMT, portanto, autorizou a intervenção prevista no art. 189 da CE/MT, posteriormente consolidada no Decreto nº 164, de 14 de março de 2023 (doc. 5), onde se determinou o início dos atos interventivos. Para tamanha interferência na autonomia municí-

pal, o TJMT se limitou a dizer que houve a violação, por patê (SIC) do Municípios de Cuiabá, de princípios constitucionais, colhidos em toda a extensão da Constituição do Mato Grosso", diz trecho da petição.

Diante dessa situação, o partido argumenta que o Município de Cuiabá, bem como qualquer outro Município de Mato Grosso, estão à mercê de uma intervenção estadual pela simples prática de qualquer inconstitucionalidade.

"Por isso, é necessário que o STF realize interpretação conforme a Constituição do art. 189

da Constituição Estadual do Mato Grosso, para excluir de seu âmbito de incidência a possibilidade de decretação judicial de intervenção estadual nos municípios do Estado do Mato Grosso, por violação de princípios constitucionais estaduais, até que o constituinte estadual indique rol de princípios sensíveis, como determinado pelo art. 35, inciso IV, da Constituição Federal", afirma.

SOBRE A INTERVENÇÃO - A intervenção na Saúde de Cuiabá foi determinada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Mato Gros-

so no dia 9 de março. Na ocasião, nove desembargadores votaram favoráveis à medida e quatro foram contrários. A intervenção foi efetivada em decreto estadual publicado no dia 15 do mesmo mês, após aprovação da Assembleia Legislativa.

O pedido de intervenção foi feito pelo Ministério Público Estadual (MP-MT), provocado pelo Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed-MT), sob o argumento de que a Prefeitura de Cuiabá estaria descumprindo reiteradamente uma série de decisões judiciais.

ELEIÇÕES 2024

Possível candidato à prefeitura, deputado admite que será difícil manter aliança com o União Brasil, que já tem nomes próprios para a disputa

Abílio vê dificuldades em aliança

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

O grupo de oposição ao prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), já se articula para unir forças e montar uma chapa competitiva para as eleições municipais de 2024. No entanto, um dos mais cotados para disputar o comando do Palácio Alencastro, o deputado federal Abílio Brunini (PL), vê dificuldades para manter a aliança entre seu partido e o do governador Mauro Mendes (União) no próximo ano.

Isso porque o União Brasil deve ter um candidato de oposição. Há

uma disputa interna entre o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, e o deputado federal Fábio Garcia. Com nomes de sobra, o União dificilmente deverá apoiar uma candidatura de fora.

Em conversa com jornalistas, Abílio comentou que começou a discutir sobre o assunto com o governador na última semana, durante um voo entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Lucas do Rio Verde. O presidente do PL, senador Wellington Fagundes, também esteve presente. A conversa serviu para ressaltar a importância de ter os dois grupos próximos para “pensar Cuiabá”.

“O União Brasil não é o partido do Mauro, é um partido muito forte, com grandes candidatos, tem pessoas interessadas no projeto para 2024 dentro do União Brasil e o Mauro não vai tomar uma



Segundo Abílio, governador já sinalizou que irá seguir a decisão do partido sobre candidatura em Cuiabá

decisão arbitrária. Ele mesmo falou que ia respeitar a decisão do partido. Eu compreendo, foi uma primeira conversa, mas acho que não vai ser

fácil de resolver não”, disse Abílio, em entrevista à imprensa na segunda-feira, 3 de abril.

O liberal ainda relatou que chegou a apresentar

alguns dados e informações ao governador, mas, mesmo assim, acredita que a continuidade desse “casamento”, que começou na

eleição do ano passado, pode não acontecer em 2024.

“Saímos de lá mais ou menos com o pensamento de que nós precisamos conversar mais. Acho que foi a primeira vez que tive um contato direto com ele, mas também saímos, de certa forma, entendendo que não vai ser tão simples assim”, destacou.

Diante desse cenário, a tendência é que União Brasil e PL só se aproximem no segundo turno das eleições municipais. Essa leitura também foi feita pelo senador Wellington Fagundes, durante conversa com jornalistas nos últimos dias de março.

Por hora, Abílio tem aparecido como líder nas sondagens de voto na capital. Ele é seguido de perto pelo deputado estadual Lúdio Cabral (PT), enquanto Fábio Garcia e Eduardo Botelho disputam o terceiro lugar, dependendo do levantamento.

OPERAÇÃO TANQUE CHEIO

TJ libera retorno de vice-prefeita Isabel ao cargo

Da redação

O desembargador Paulo da Cunha, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), autorizou a vice-prefeita de Ribeirão Cascalheira, Isabel Fernandes Santos de Castro, a Professora Isabel (PT), a retornar suas funções depois de ter sido afastada do cargo em março deste ano pela deflagração da operação Tanque Cheio.

A ação desencadeada pela Polícia Civil também provocou o afastamento do presidente da Câmara de Vereadores, Paulo Schuh (PSB), e de quatro secretários municipais por suposto envolvimento em um esquema envolvendo setores da administração pública do Município e uso de máquina pública para fins particulares.

A defesa da vice-prefeita destacou que o afastamento dela não se sustenta, pois, as

acusações contra ela estão sustentadas em “meras conjecturas”. Além disso, sustentam que ela utilizava do veículo do Município para desempenhar suas funções, “percorrendo o seu extenso território” da cidade.

Ao analisar o caso, o desembargador citou que a Professora Isabel é investigada por estar supostamente fazendo o uso desregulado de combustíveis para abastecimento de um veículo oficial, no entanto, não se cogitou a participação dela no desvio de combustíveis.

“Para além disso, a autoridade policial conjectura que ela saberia do “esquema dos combustíveis”, por ter se irritado com a falta de saldo no cartão de abastecimento, feito o pagamento com o seu cartão bancário pessoal e mencionar que deter-

minada servidora, responsável pela gestão de combustível, resolveria a situação. Não se pode presumir que a afirmação de que determinado servidor resolveria a falta de saldo no cartão de abastecimento indicaria o conhecimento da vice-prefeita da suposta fraude, notadamente se a pessoa mencionada tem funções diretamente relacionadas àquela situação (controle de combustíveis)”, destacou.

Paulo da Cunha ainda ressaltou que carece de indícios razoáveis de autoria e materialidade para mantê-la afastada do cargo. Ele ainda destacou que a medida cautelar não pode ter “por objetivo a preservação da imagem dessa ou daquela instituição, pois se assim fosse estaria havendo uma antecipação do juízo de culpa, em manifesta afronta ao princípio da não culpabilidade”.

OPERAÇÃO - A investigação da Delegacia da Polícia Civil de Ribeirão Cascalheira teve início a partir da denúncia de que servidores e terceiros, sem vínculo com a administração municipal, abasteceriam veículos particulares em pos-

tos de combustíveis em nome da prefeitura.

A Polícia Civil deu início à apuração preliminar das informações e constatou a existência de um forte esquema de desvio de combustível. Os indícios reunidos também apontam que máquinas

da prefeitura realizavam trabalhos em propriedades particulares, como fazendas e chácaras.

Além do abastecimento, contas particulares também eram pagas com os cartões de abastecimento da prefeitura de Ribeirão Cascalheira.

ELEIÇÕES EM CUIABÁ

Russi quer candidato, mas já defende aliança com UB

Da redação

O presidente do PSB em Mato Grosso, deputado estadual Max Russi, disse que se acaso o partido não lançar candidatura própria para a Prefeitura de Cuiabá, a tendência é que os socialistas subam no palanque do nome que será apresentado pelo União Brasil (UB).

Russi explicou que o apoio é natural porque a sigla caminha com o União desde a eleição passada, quando apoiaram a candidatura de reeleição do governador Mauro Mendes. Além disso, nomes indicados pelo partido compõem o alto escalão do governo, como o ex-deputado Allan Kardec, que está à frente da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (Secitec).

“A gente caminha muito próximo do União Brasil. No governo pas-

sado, a gente não fazia parte do governo Mauro Mendes. Nesse governo, nós já temos uma secretaria, já fazemos parte, apoiamos aqui na Assembleia. Então, o primeiro entendimento do PSB é a candidatura. Não havendo candidatura, a primeira conversa que o PSB vai fazer vai ser com a União Brasil. Independente do nome que for lançado lá”, disse Max.

O União Brasil deve ter um candidato de oposição ao atual prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), na eleição do próximo ano. Atualmente, há uma disputa interna entre o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, e o deputado federal Fábio Garcia para definir quem será o postulante ao cargo.

LISTA - Russi comentou que a intenção do partido é apresentar

um nome para concorrer ao comando do Palácio Alencastro. Ele listou quatro nomes que podem representar o partido, como o deputado estadual Beto Dois a Um, o secretário Allan Kardec, a médica Natasha Shlessarenko e o empresário do ramo de eventos Elcio Ramos.

“O partido que não disputa a eleição, ele vai sumindo. Tem que disputar a eleição. E o PSB tem bons quadros. Tem a maior bancada na Assembleia Legislativa, temos quatro deputados. Fomos o segundo partido mais votado, que mais teve votos para deputado estadual no estado. Só perdemos para o União Brasil por 10 mil votos. Então, o PSB tem capilaridade, tem condição e vai apresentar candidatos em, pelo menos, 40 municípios de Mato Grosso”, destacou.

Box de vidro em diversas cores e modelos

PEÇA UM ORÇAMENTO!

(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadovidros.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS • CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR
PUBLICAÇÕES E AQUI

NOVO DESTINO

Governador reclama de demora do governo federal para decidir sobre estadualização do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães

Aterro é desativado em Cuiabá

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

O Aterro Sanitário Municipal de Cuiabá teve sua operação definitivamente encerrada na última sexta-feira, 31 de março. A partir de agora, os materiais da coleta domiciliar, comercial e de limpeza urbana terão como destino o Ecoparque Pantanal.

A nova estrutura possui uma série de tecnologias de proteção ambiental e é a primeira deste tipo na região Centro-Oeste. Operando de forma totalmente adequada, o Ecoparque é capaz de potencializar a reciclagem e o descarte de rejeitos (materiais que não podem ser reutilizados),

sem risco de contaminação de solos e rios.

“Mais uma vez Cuiabá dá o exemplo e se coloca como uma das primeiras cidades brasileiras a fortalecer as políticas de tratamento adequado do lixo. Agora, possui uma estrutura de primeiro mundo, moderna, e devidamente certificada pelos órgãos competentes. O antigo aterro, há muitos anos, tornou-se um verdadeiro lixo, totalmente insalubre, mas somente a nossa gestão teve a coragem para mudar essa realidade”, afirma o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

A construção do Ecoparque Pantanal é fruto de um processo licitatório realizado pela Prefeitura de Cuiabá e que teve como vencedora a empresa Orizon Valorização de Resíduos. O contrato prevê um investimento de R\$ 81 milhões, garantindo uma estrutura preparada para receber e dar a destinação correta aos resíduos descartados



A nova estrutura possui uma série de tecnologias de proteção ambiental e é a primeira deste tipo na região Centro-Oeste

por mais de 1 milhão de pessoas. O local ainda contará com um Centro de Triagem Mecanizado (CTM).

O Ecoparque também vai gerar energia renovável e créditos de carbono. Os resíduos que não puderem ser reaproveitados serão destinados em células de

encapsulamento construídas com dutos para captação de gás. A companhia prevê transformar em energia cerca de 13 milhões de metros cúbicos de metano. Isso equivale à retirada de 45 mil carros das ruas ou ao plantio de 1,2 milhão de árvores, garantindo a geração de 170

mil créditos de carbono por ano.

“O que nós exigimos da empresa foi a construção de um local que possa ser referência nacional em questão de equipamentos e, igualmente, de resultados. Por isso, o Ecoparque segue um padrão internacional,

para potencializar ao máximo o tratamento e a reciclagem de resíduos sólidos. Isso significa investimento em cuidados com o meio ambiente e em saúde pública”, finaliza o diretor-geral da Limpurb, Júnior Leite.

(Com informações da Assessoria de Imprensa)

Reprodução



Carlos atirou na ex-namorada Thais e no atual namorado dela, William Moreno, em janeiro deste ano. Os dois morreram

CASO THAYS

Filho de ex-deputado que matou casal fica quieto durante audiência

Da redação

Assassino confesso de sua ex-namorada e do companheiro dela, o empresário Carlos Alberto Gomes Bezerra preferiu permanecer calado na primeira audiência de instrução e julgamento do caso, que aconteceu na tarde de segunda-feira, 3 de abril.

De acordo com a assessoria do Tribunal de Justiça, por solicitação da defesa, o réu decidiu não responder aos questionamentos e, por isso, não compareceu à audiência.

Ao todo, sete testemunhas prestaram depoimento e uma desistiu. Detalhes sobre o caso não foram repassados porque o processo tramita em segredo.

Segundo a juíza da 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá, Ana Graziela Vaz de Campos, que conduz o caso, agora o processo segue com vista ao Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), para memoriais finais escritos. Depois, segue para o assis-

tente de acusação e, por fim, à defesa.

“São cinco dias para o MP, cinco dias para o assistente de acusação para os memoriais escritos. Via DJE a Defesa tem cinco dias de prazo para apresentar novo memorial final por escrito. Após esses prazos o processo volta ao gabinete da magistrada”, diz trecho da nota.

Após todo o trâmite, a juíza vai decidir se o empresário vai ou não enfrentar júri popular.

O CASO - Carlos Alberto, filho do ex-deputado federal Carlos Bezerra (MDB), atirou contra sua ex-companheira Thays Machado, de 44 anos, e o atual namorado dela, William César Moreno, 30, em frente a um edifício residencial no bairro Alvorada, em Cuiabá. O crime foi cometido no dia 18 de janeiro.

Segundo a Polícia Civil, o casal foi ao edifício Solar Monet, onde mora a mãe de Thays, para deixar um carro na garagem. Ao sair na portaria para aguardar a chegada do veículo de transporte por aplicativo, eles fo-

ram surpreendidos pelo acusado.

No último dia 2, a juíza Ana Graziela Vaz de Campos Alves Corrêa, da 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar de Cuiabá, aceitou a denúncia contra o empresário, o tornando réu pelo duplo homicídio.

Carlos Alberto assumiu a autoria do crime durante depoimento à Polícia Judiciária Civil.

Carlos responde por homicídio quadruplamente qualificado contra Thays e triplamente qualificado contra o companheiro dela, William César Moreno. As qualitativas do homicídio são por motivo torpe, meio cruel e recurso que dificultou a defesa das vítimas, em ambos os casos. Já no caso de Thays, há ainda a acusação de feminicídio.

A denúncia, assinada pelo promotor Jaime Romaquelli, destaca que Carlos agiu sozinho para alcançar seu resultado: matar o casal. O promotor ainda pontua que o acusado cometeu o crime por motivo torpe e agiu de forma cruel e covarde.

SITUAÇÃO DEGRADANTE

10 empregadores de MT aparecem em lista do trabalho escravo

Da redação

A nova atualização do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, a chamada “lista suja”, colocou Mato Grosso como 11º estado com mais acusados. Ao todo, dez empregadores foram identificados e tiveram seus nomes publicados no documento divulgado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego nesta quarta-feira, 5 de abril.

Em Mato Grosso, foram identificados 33 trabalhadores em condições análogas à escravidão. Entre os empregadores estão fazendeiros, garimpeiros e outros tipos de empresa.

Para o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, é de suma importância dar publicidade à lista de empresas que usam trabalho análogo à escravidão.

“Aqueles que forem flagrados fazendo uso de mão de obra análoga à de escravo devem ser devidamente responsabilizados”, frisou.

A atualização de abril/2023 inclui decisões que não cabem mais recurso de casos de trabalho escravo identificados pela Inspeção do Trabalho entre os anos de 2018 e 2022 nos estados da Bahia (7), Ceará (1), Distrito Federal (2), Goiás (15), Maranhão (8), Minas Gerais (35), Mato Grosso do Sul (6), Mato Grosso (5), Pará (11), Pernambuco (2), Piauí (13), Paraná (8), Rio Grande do Norte (1), Rondônia (1), Roraima (1), Rio Grande do Sul (6), Santa Catarina (7), São Paulo (2) e Tocantins (1).

A inclusão de empregadores flagrados na situação ilegal é prevista na Portaria Intermi-

nisterial MTPS/MMIR-DH nº 4 de 11/05/2016 e ocorre desde 2003, sendo atualizada semestralmente pelo MTE com a finalidade de dar transparência aos atos administrativos que decorrem das ações fiscais de combate ao trabalho escravo e só ocorre quando da conclusão do processo administrativo que julgou o auto específico de trabalho escravo. A inserção no Cadastro permanece por 2 anos, sendo retirada da lista após esse período, conforme art. 3ª da Portaria Interministerial. Nessa atualização foram excluídos 17 nomes que completaram esse tempo de publicação.

VEJA A LISTA COMPLETA: - Construtora Portal Ltda, Granja Battisti, Estrada Mutum, Km 10, Lado Direito, Zona Rural, Tangará da Serra - 14 trabalhadores - Adilson Capanema de Freitas, Fazenda Sonho do Mineiro, Gleba Cruzeiro do Sul, S/N, Zona Rural, Itaúba - 2 trabalhadores

- Antônio Leucir Mascarello, Fazenda Santa Rita, Rodovia Mt-422, Km 100, Zona Rural, Santa Carmem - 7 trabalhadores

- Carlos Alberto dos Reis Dias, Galpão com Maquinário para Produção de Tijolos, Rua Benedito Fortes, S/N, Nossa Senhora do Livramento - 1 trabalhador

- Carlos Vítor de Oliveira, Garimpo da Fazenda Chumbo Grosso, Zona Rural, Novo Mundo - 2 trabalhadores - Mara Christiana Rodrigues Leite, Rua São Cristóvão, 663, Bairro Dom Aquino, Cuiabá - 1 trabalhador

- Mario Fernandes Dias, Obra Residencial no Condomínio Morro dos Ventos, próximo ao perímetro urbano, Chapada dos Guimarães - 2 trabalhadores

- Olinho Alves Bom-despacho, Chácara, no assentamento Mamede Roder, Lote 11, Comunidade João Carro, Chapada dos Guimarães - 1 trabalhador

- Rosângela da Rosa, Fazenda Três Poderes, Zona Rural do Município De Guarantã Do Norte - 1 trabalhador

- Uandro Carneiro da Silva, Carvoaria Juscelino/Carvoaria do Antônio, Zona Rural de União do Sul - 2 trabalhadores

TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO - De acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, são elementos que caracterizam o trabalho análogo ao de escravo: condições degradantes de trabalho (caracterizadas pela violação de direitos fundamentais que coloquem em risco a saúde e a vida do(a) trabalhador(a)), jornada exaustiva (em que o(a) trabalhador(a) é submetido(a) a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta danos à sua saúde ou risco de vida), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço por meio de isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (dívidas ilegais advindas de cobranças ao(a) trabalhador(a) de despesas com transporte, alimentação, moradia e ferramentas de trabalho).

DENÚNCIAS - Podem ser feitas de forma anônima no Sistema Ipê: www.ipe.sit.trabalho.gov.br, sistema lançado em 2020 pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Disque 100 também recebe denúncias de trabalho escravo.

Já o MPT recebe denúncias anônimas e sigilosas por intermédio de seu site, www.mpt.mp.br, e pelo App MPT Pardal.

AUTOMÓVEIS

Após dois anos de caos no mercado, montadoras já conseguiram retomar produção, mas preços dos seminovos seguem 'nas alturas'

'Será que os preços não vão cair?'

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA****Unimed**
Cuiabá**Da redação**

O mercado viveu nos últimos anos um cenário que não tinha sido visto na história recente: a falta de veículos novos nas concessionárias causou a supervalorização de seminovos e usados, o que fez alguns modelos custarem mais após alguns anos de uso do que o preço original. Com mais de dois anos vendo os preços de carros nas 'alturas', alguns questionam: será que os preços não vão cair nunca?

Essa é uma pergunta difícil de responder sem especular muito, mas há alguns fatores que podem trazer clareza ao assunto. O primeiro é que a 'loucura' de supervalorização de seminovos e usados acabou. Os preços ainda não estão caindo de forma significativa, mas, pelo menos, deixaram de subir.

Para exemplificar, a reportagem selecionou dois veículos para mostrar as variações de preços a partir do ano de 2020. Os veículos escolhidos são: um Toyota Corolla XEi 2015, automático - um dos sedans mais desejados no Brasil -, e um Chevrolet Onix 1.4 LT 2014, câmbio mecânico, que é um dos

carros "populares" mais vendidos dos últimos anos.

O Corolla era comercializado no mercado de seminovos por R\$ 67,6 mil em 2020 e o preço chegou a cair até R\$ 64,7 mil em julho daquele ano. Entretanto, em julho de 2021, o mesmo carro já custava R\$ 75,3 mil, chegando em R\$ 84,1 mil em março de 2022 - quase o mesmo preço de quando foi lançado (R\$ 88,6 mil). Já em março de 2023, o preço na tabela Fipe é de R\$ 82,2 mil.

Já o Onix tem mais procura, pois responde por quase metade das vendas em seu segmento. No ano de lançamento (2014), ele era vendido por R\$ 36,3 mil novo. Pouco antes da disparada dos usados, em julho de 2020, o preço estava em R\$ 32,1 mil. Já em 2021, ele passou para R\$ 38 mil e, em março de 2023, já vale R\$ 43,5 mil. Ou seja, ele está R\$ 7,2 mil mais caro que em 2014, quando foi lançado.

A escolha dos dois veículos foi feita de forma aleatória. Portanto, o leitor poderá encontrar modelos que caíram de preços recentemente, como foi o Corolla, ou que continuam apresentando altas, como é o caso do Onix. Veja as variações de preços dos dois veículos, desde 2020, ao final da matéria.

VOLTA À NORMALIDADE - Já o comércio de carros novos praticamente voltou a normalidade. A maioria das concessionárias possuem veículos à pronta en-



Concessionárias têm tido dificuldade para 'escoar' produção de veículos, devido aos juros e preços elevados no país

trega e até estão oferecendo bônus, desconto e taxa zero, o que era impossível um ano atrás, quando alguns clientes precisavam aguardar até 180 dias para receber os veículos 0 km.

Por outro lado, montadoras e concessionárias se tornaram adeptas do "menos é mais" e estão evitando a formação de grandes estoques. Como a taxa básica de juros, a Selic, está em 13,75%, os clientes estão recusando ir às compras e algumas montadoras deram férias coletivas aos seus funcionários, justamente para evitar que os pátios fiquem lotados.

"Às vezes, o aumento [de vendas] não necessariamente representa uma significativa me-

hora no resultado financeiro das operações. A gente tem que conviver com isso. Mas, o mais importante é que cada vez mais o consumidor está com opções de marcas, modelos, cores e formas de pagamento", diz o representante das concessionárias em Mato Grosso, Paulo Boscolo.

Na avaliação de Boscolo, presidente da Fenabrave-MT e do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de Mato Grosso (Sincodiv/MT), o setor ainda vive os efeitos de uma "bolha" criada pela falta de produtos na pandemia. Porém, ainda é impossível dizer quando essa bolha vai estourar.

Segundo Boscolo, alguns entraves já foram superados no último ano, mas as vendas ainda estão desaceleradas devido à alta taxa de juros e, principalmente, à demora na renovação das frotas empresariais.

Além disso, há outro fator elencado por Boscolo em entrevistas anteriores ao Estadão Mato Grosso. Houve um aumento generalizado de preços nos últimos anos, assim como ocorreu com o mercado de veículos, mas a renda do brasileiro cresceu em percentuais muito inferiores, impactando também na compra de veículos.

"A nossa venda, ela se divide no meio. Metade é o consumidor que usa o carro para sua mobili-

dade e família. A outra metade são empresas. Tem muitas situações de renovação de frota e as decisões foram adiadas. A produção que nós sonhávamos ter há 10 meses, ela começou a acontecer e não está sendo escoada pelas concessionárias", conclui.

Por fim, respondendo à pergunta no início do texto, alguns preços de usados e seminovos já estão apresentando quedas, mas o mercado de seminovos é altamente dependente do bom volume de vendas dos zero quilômetro. Então, ainda é difícil dizer quando ou em que velocidade a situação vai voltar ao "velho normal", ou se algum dia isso vai acontecer.

VOLTA POR CIMA**Venda de veículos novos voltou a disparar 25%**

Gilberto Leite

Da redação

Após um início de ano 'tímido', a venda de veículos novos voltou a apresentar alta significativa no mês de março, apontam os dados a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Em Mato Grosso, houve aumento de 24,89% no emplacamento de novos veículos em março, em comparação com fevereiro deste ano.

Já na comparação dos três primeiros meses de 2023 com os mesmos meses de 2022, houve um aumento de 16,31%. Nesse ano, já foram emplacados 24.486 novos veículos em Mato Grosso, contra 21.052 em 2022. O destaque do mês fica para a categoria de 'comerciais leves', que aumentou 21,92% no acumulado do ano.

Quando comparado o emplacamento deste tipo de veículo em março com fevereiro desse ano, houve um aumento de 53,79%, o que aponta uma aceleração nas vendas de veículos em março. Nesse ano, 3.866 novas picapes e caminhonetes foram emplacadas, contra 3.171 nos primeiros meses de 2022.



Veículos comerciais leves foram destaque no mês, com aumento de 53,79% em relação a fevereiro

Nesse segmento, a Fiat Strada lidera as vendas, com 1.028 unidades, na frente da Toyota Hilux, que emplacou 803. Em seguida, aparecem a Chevrolet S10, com 396 unidades, Fiat Toro (336) e Mitsubishi L200 (188). Porém, as quatro caminhonetes são de um patamar superior. As duas únicas que concorrem com a Strada no mesmo patamar, GM Montana e VW Saveiro, emplacaram apenas 140 e 114 unidades, respectivamente.

Outro segmento que se destaca é o de motos, que teve um aumento de 38,99% nos emplacamentos esse ano, em comparação com o ano anterior. Em 2023, foram 10.752 novas motocicletas que entraram em circulação. Já no mesmo período de 2022, foram apenas 7.736.

Conforme já noticiado pelo Estadão Mato Grosso, esse aumento é resultado de três fatores: alta procura de motos para serviços de

delivery, combustível caro e alta taxa de juros, que fazem os motoristas buscarem alternativas mais baratas para locomoção.

O segmento de ônibus também teve alta expressiva. Nesse ano, foram 58,54% a mais de veículos emplacados, saindo de 123 nos três primeiros meses de 2022 para 195 em 2023. Entretanto, esse segmento representa apenas 0,80% do total de mercado de veículos de Mato Grosso, sendo pra-

ticamente inexpressivo diante dos demais.

VOLTA À NORMALIDADE - Já o comércio de carros novos praticamente voltou a normalidade. A maioria das concessionárias possuem veículos à pronta entrega e até estão oferecendo bônus, desconto e taxa zero, o que era impossível um ano atrás, quando alguns clientes precisavam aguardar até 180 dias para receber os veículos 0 km.

Por outro lado, montadoras e concessioná-

BR-163

Caixa Econômica aprova acordo para renegociar dívidas da Rota do Oeste, mas ainda há pendências a serem resolvidas no Tribunal de Contas da União

MT fica 'a 2 detalhes' da concessão

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá**Da redação**

A Caixa Econômica Federal aprovou a proposta do Governo de Mato Grosso para renegociar as dívidas da Concessionária Rota do Oeste. A informação foi revelada na segunda-feira, 3 de abril, pelo governador Mauro Mendes (União Brasil). De acordo ele, a Caixa deverá publicar o acordo em breve, para que o governo dê continuidade no processo para assumir a concessionária responsável pela BR-163.

O governador explicou que, após a Caixa publicar o acordo, os bancos deverão assinar a mudança no contrato conjuntamente, pois o empréstimo foi feito por um consórcio das instituições financeiras. A Caixa era o último banco que ainda não tinha aceitado o acordo proposto por Mendes, de pagar a dívida à vista, com desconto.

As negociações com as instituições financeiras se arrastam desde o

anúncio do acordo, feito em dezembro de 2022. O prazo para o governo assumir, de fato, o controle acionário da CRO iria se encerrar no dia 15 de fevereiro. Mas, diante das dificuldades, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deu mais 60 dias de prazo, que vai encerrar no dia 16 de abril.

Além da formalização dos acordos com os bancos, o Governo do Estado ainda precisará superar duas questões pendentes do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo Mendes, são dois processos que precisam ser deferidos - o governador não citou quais os objetos dos processos -, que estão nas mãos dos ministros Augusto Nardes e Vital do Rêgo.

Mauro disse que esteve em Brasília há 15 dias, juntamente com os senadores e um deputado federal para pedir celeridade ao TCU.

"Estivemos lá pedindo, pelo amor de Deus, para acelerar isso, porque é uma condição precedente, que está no TAC que foi assinado por um outro ministro, Bruno Dantas. É muita burocracia mexer com coisa pública", desabafou.

O governador disse acreditar que esses detalhes serão resolvidos entre essa e a próxima semana, liberando o Estado para assumir,



Governo planeja investir R\$ 1,6 bilhão na BR-163, para concluir a duplicação da rodovia até Sinop

finalmente, o controle acionário da CRO. O governo pretende investir, por meio da MT Par, R\$ 1,6 bilhão na duplicação e melhoria da rodovia.

A CONCESSÃO - A concessão da BR-163 em Mato Grosso para a Rota do Oeste (CRO) foi feita em 2014, por meio de um leilão realizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A CRO, que fazia parte do Grupo Odebrecht Transport, venceu o leilão para duplicar 453 km da rodovia. Porém,

apenas 26% dos serviços foram feitos até o momento, representando 117 km.

O trecho mais grave fica na região Norte, entre os municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop. Nesse trecho, a rodovia ainda não é duplicada, o que provoca acidentes fatais diariamente, geralmente batidas frontais envolvendo carretas e/ou veículos pequenos.

As obras de duplicação ficaram prejudica-

das com o envolvimento da Odebrecht com esquemas de corrupção desvendados pela Operação Lava Jato. Com isso, várias instituições financeiras passaram a recusar operações financeiras envolvendo as empresas do Grupo Odebrecht, o que afetou também a Rota do Oeste.

Desde então, executivos da empresa procuraram vender a participação da Odebrecht para a iniciativa privada, mas ninguém confiou em assumir o controle da CRO,

que optou em devolver a concessão para a ANTT. O caminho mais convencional seria realizar um novo processo licitatório, mas isso iria demorar mais de 5 anos.

Além da demora provocada pela burocracia, há outro ponto de preocupação em relação a uma nova concessão: a construção da Ferrovia Estadual, que vai competir com a rodovia federal. Portanto, isso poderia afugentar potenciais investidores, que teriam que competir com o outro modal logístico, que deve ficar pronto em 8 anos.

Diante das dificuldades, o governo estadual se propôs a assumir o controle da CRO. Após a realização das obras de melhoria e duplicação, o governo pretende vender a Rota do Oeste para a iniciativa privada, por entender que não é papel do Estado ser um concessionário do governo federal.

"O governo está entrando e existe uma previsão que em três, quatro anos, depois de cumprir algumas obrigações de duplicação, de serviços, o governo estaria autorizado a sair e, quem sabe, vender isso para o mercado e recuperar o dinheiro que a gente está colocando de volta para os cofres do Estado", finalizou Mauro Mendes.

unimedcuiaba.coop.br

ANS nº 34208-4

É bom ter
olho no olho.

Melhor ainda é ter
coração no coração.

Como é bom ter com quem contar. Melhor ainda é contar com o maior sistema cooperativo de médicos do mundo aqui, sempre ao seu lado.

Aqui
tem
gente.Aqui
tem
vida.Aqui
tem
Unimed.**Unimed**
Cuiabá